



ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios

O peso do lugar. Mudança e reprodução social numa colectividade do Noroeste Português

PINTO, José Madureira

Doutorado em Sociologia

Faculdade de Economia do Porto/Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

jmp@fep.up.pt

QUEIRÓS, João

Licenciado em Sociologia

Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

jqueiros@letras.up.pt

Resumo

Fonte Arcada era, há três décadas, uma colectividade muito marcada ainda por traços característicos da economia e sociedade camponesas, onde, portanto, era forte, para grande parte dos agentes sociais que nela habitavam, quer a dependência objectiva, quer a ligação subjectiva ao espaço local.

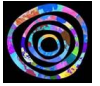
A emergência, nessa altura, de um grupo social polarizado, através de migrações pendulares, pela bacia de emprego do Grande Porto estava, entretanto, a consolidar padrões de relações sociais, desde a esfera familiar à das redes de sociabilidade, passando pela própria estrutura da actividade agrícola, em divergência com o modelo até então dominante.

Nos trinta anos subsequentes, intensificou-se o declínio da agricultura camponesa, avançaram os processos de urbanização, com relativa homogeneização de modelos culturais e padrões de consumo, aumentaram a intensidade e distensão das migrações pendulares, com diversificação dos destinos, generalizou-se o acesso a patamares de instrução mais elevados. Seria, então, previsível que uma revisitação sociológica da colectividade verificasse, hoje, uma significativa alteração da dependência objectiva e da ligação subjectiva dos seus habitantes ao espaço local.

Não obstante as mudanças neste sentido que foi possível observar, não é menos impressivo o facto de permanecer muito vinculada a importância de processos de identificação estruturados em torno do lugar. Sendo certo que algumas dependências objectivas parecem atenuadas ou mesmo, para alguns, superadas, permanecem, ainda assim, na colectividade, por razões que se prenderão, entre outras, com as lógicas da propriedade fundiária, a permanência de um modelo de economia doméstica e entreaduda de tipo familista e a necessidade de mobilização de redes de parentesco e de vizinhança para o acesso ao mercado de trabalho, muitos traços da ligação ao espaço local.

A relação das populações com a escola, a configuração das estruturas produtivas, a restrição de oportunidades de trabalho a segmentos pouco qualificados, o forte condicionamento do tempo de não-trabalho imposto pela intensidade das ocupações e do tempo destinado a deslocações casa-emprego, o fechamento do campo dos lazeres no espaço doméstico, são alguns dos factores que, plausivelmente, explicarão a manutenção do *peso do lugar* numa colectividade aparentemente muito permeada por pressões exógenas de mudança.

Palavras-chave: Lugar; identidades; individualismo familista; reprodução social.





1. Uma economia camponesa em transformação

1.1. As fronteiras do lugar

Parecia claro aos autores dos estudos sobre Fonte Arcada realizados em finais da década de setenta que a aceleração do processo de penetração do capitalismo nos campos que então se vinha registando no nosso país e, em particular, nas áreas rurais localizadas nas imediações do Grande Porto estava a produzir efeitos relevantes nos traços habitualmente tidos como constitutivos da especificidade do espaço social camponês e na relação deste último com o mundo urbano-industrial¹.

Tais traços organizavam-se em torno de três grandes blocos de características: i) *dependência em relação aos processos naturais e estreita ligação ao espaço local* de grande parte dos agentes sociais nele residentes; ii) *importância das relações de interconhecimento na configuração dos principais processos sociais locais*; iii) *persistência do grupo doméstico enquanto unidade de produção, consumo e residência*.

Os referidos estudos sugeriam que Fonte Arcada fora, até aos anos 1970, uma colectividade muito marcada ainda por estes três traços, permanecendo forte, para a generalidade dos seus habitantes, quer a *dependência objectiva*, quer a *ligação subjectiva* ao espaço local.

A particular importância dos condicionamentos naturais na organização social da colectividade estava ligada, desde logo, às características da actividade económica predominante – a agricultura. Com a terra – capital fixo por excelência – como principal objecto de trabalho, não seria de esperar, na Fonte Arcada de então, outra coisa senão um elevado grau de dependência da vida social face aos processos naturais e às particularidades do ciclo produtivo agrícola. Tal dependência era aprofundada, no quadro da economia camponesa característica da colectividade, pelas lógicas de racionalidade familiar de subsistência e pelo isolamento tendencial das explorações agrícolas face ao mercado.

Embora proporcionando alguma extroversão da exploração agrícola, nomeadamente em fases especiais do ciclo produtivo (vindimas, colheitas, desfolhadas, etc.), as lógicas de entreajuda acabavam por contribuir para o reforço da ligação ao local, com as práticas de reciprocidade – elas próprias corolário de estratégias de subsistência – a consagrarem o fechamento da comunidade de vizinhança sobre si mesma. A elevada concentração da propriedade e a rigidez do mercado fundiário, levando a que a frágil concorrência pela ocupação do solo só excepcionalmente ultrapassasse os limites da colectividade, não deixavam, também elas, de actuar no sentido de uma centripetação das práticas e do espaço objectivo e subjectivo de possíveis do grupo camponês.

A estes condicionalismos juntavam-se os que decorriam da relativamente reduzida mobilidade da população local. Se exceptuarmos a Linha do Douro, que começara a ter alguma importância na intensificação das ligações entre Fonte Arcada e o exterior, nomeadamente o Grande Porto, eram, até ao início da década de 70, bastante limitados os meios de locomoção e acessibilidades à disposição dos habitantes da freguesia, mantendo-se, por isso, algum isolamento dos seus lugares – entre si e de cada um face ao exterior. A existência de um tecido comercial elementar e de pequenas unidades de produção artesanal, complementando os resultados da actividade agrícola e das formas de troca directa que sempre lhe estão associadas, assegurava, entretanto, o *quantum* de trocas essenciais à satisfação das necessidades básicas das famílias locais.

Como é característico de colectividades relativamente isoladas das dinâmicas sociais globais, eram densas e influentes as relações de interconhecimento no espaço de vizinhança, facto que se, por um lado, reflectia o quadro de dependência objectiva face ao local (a grande visibilidade recíproca das relações interpessoais nas aldeias está intimamente associada à limitação do horizonte sensorial dos grupos sociais que nelas habitam, sendo essa limitação inseparável, por seu turno, da forte ligação dos mesmos ao território), por



outro lado, impunha enquadramentos normativos e práticas de controlo social com incidência nos sistemas de disposições, operadores identitários e tomadas de posição implícitas e explícitas dos agentes sociais da colectividade, dessa forma assegurando um elevado grau de integração da matriz local de relações entre habitus².

Tão ou mais importantes do que as relações de vizinhança, também os circunstancialismos associados ao funcionamento e dinâmica das famílias camponesas determinavam um especial fechamento dos seus membros na colectividade. O facto de o grupo doméstico camponês tender a concentrar em si as funções de produção, consumo e habitação contribuía, com efeito, para restringir, de forma acentuada, a rede de relacionamentos sociais e, em particular, o acesso ao mercado de trabalho extralocal.

É, de resto, no quadro deste centramento dos modos de vida no grupo familiar que deve ser perspectivada a retracção generalizada do campesinato face à escolarização das gerações mais jovens. Recorrendo de forma intensiva a trabalho familiar infantil, o que, além de refrear a disponibilidade das crianças para a frequência da escola, as submete a modalidades de aprendizagem baseadas mais na imitação do que na racionalização de procedimentos, mais no respeito pela autoridade paterna do que na adesão a saberes abstractos e “universais” e a modalidades de ensino formais e impessoais difundidos pela escola pública, a agricultura camponesa e, por extensão, todo o quadro de vida a ela associado constituíram durante décadas um contexto muito desfavorável a um relacionamento harmonioso das crianças camponesas com a escola. Relutância no acesso e resistência à frequência das actividades escolares, abandono, dissidência face às dinâmicas de ensino-aprendizagem predominantes na sala de aula, insucesso – eis, então, um conjunto de efeitos associados a este estágio de relacionamento das classes camponesas com a escolarização, que, tendo também grande expressão em Fonte Arcada, constituía um factor adicional de condicionamento das relações com o espaço social envolvente e dos horizontes de inserção profissional.

1.2. As mudanças dos anos 1970

A progressiva penetração das relações sociais de tipo capitalista nos campos, quer por força da pressão para a integração no mercado a que a agricultura estava a ser sujeita, quer, sobretudo, por força do aprofundamento da função de fornecimento de força de trabalho das áreas rurais aos espaços urbano-industriais próximos, com o conseqüente assalariamento de importantes segmentos da população activa agrícola, estava, entretanto, a favorecer, na sociedade portuguesa, ao longo dos anos setenta, a *reconfiguração* (falando-se mesmo em *dissolução*) dos traços tidos como específicos do espaço social camponês.

Fonte Arcada revelava-se excelente ilustração deste processo.

Com efeito, a emergência na freguesia de um grupo social polarizado, através de migrações pendulares, pela bacia de emprego do Grande Porto dava a entender que aqui se estavam a consolidar estruturas classistas e padrões de relações sociais em divergência com o modelo até então dominante.

As mudanças atingiam, desde logo, a família. Cada vez mais, jovens e adultos jovens, ocupando postos de trabalho no Grande Porto, para onde se deslocavam diariamente através, sobretudo, da Linha do Douro, subvertiam a hierarquia de poder intrafamiliar e transportavam para o grupo doméstico valores e referências culturais de matriz urbana que paulatinamente iam transformando a relação do campesinato local com a sociedade englobante. Não se tratava, como noutros contextos, de uma influência indirecta, “à distância”, protagonizada por emigrantes ou migrantes definitivos que, embora ausentes da colectividade, de facto se constituíam em grupo de referência privilegiado para muitos dos familiares que permaneciam na colectividade (uma espécie de família “invisível” de que os inquéritos e outros instrumentos de objectivação nem sempre se dão conta³). Aqui, os protagonistas das mudanças estavam presentes e eram visíveis e a



sua influência intensa e permanente – por isso se admitia, no fim da década de setenta, estarem a caducar em Fonte Arcada alguns dos mais firmes sustentáculos sociais do modo de vida camponês.

Assim seria, presumivelmente, com a tradicional resistência do campesinato à escolarização, em virtude da progressiva desintegração do sistema de referências práticas e simbólicas tradicionalmente inscritas no espaço social fechado das colectividades camponesas e da conseqüente reformulação do conjunto de expectativas de promoção social baseadas na aquisição de capital escolar.

Também os padrões de relações entre habitus e as sociabilidades de vizinhança se alteravam e nem as festividades locais, espaços por excelência de consagração simbólica do grupo de vizinhos, resistiam aos sinais de desintegração.

O quadro ideológico do conservadorismo habitualmente imputado ao campesinato parecia, então, igualmente abalado, tendo-se concluído que a crescente presença de migrantes pendulares nas dinâmicas sociais da colectividade actuava como um propulsor de comportamentos político-eleitorais mais à esquerda, isso tanto mais quanto se verificava que era entre eles que se recrutavam os novos líderes e “notáveis” locais.

Todas estas mudanças se processavam, entretanto, num quadro de progressiva diminuição da dependência objectiva face aos processos naturais e ao espaço local e de estabelecimento de ligações subjectivas a novas realidades socioterritoriais, não apenas por força da intensificação do processo de assalariamento urbano-industrial e do correlativo declínio da dependência face à actividade agrícola e aos rendimentos dela provenientes (com manutenção, todavia, de esquemas de agricultura a tempo parcial e a título complementar), mas também em virtude da melhoria das vias de comunicação e do aumento da mobilidade proporcionado pela melhoria da rede de transportes públicos e de algum alargamento do acesso ao automóvel.

2. Os últimos trinta anos

2.1. Grandes vectores de transformação: quadro geral

Em finais dos anos 1970, eram estas as mudanças que prenunciavam uma viragem irreversível nas formas de organização social da colectividade, bem como no que aqui mais nos interessa – a relação objectiva e subjectiva dos fontarcadenses com o espaço local.

Acreditavam, aliás, os autores da pesquisa sociológica então realizada na freguesia que as principais mudanças registadas se aprofundariam, à medida que se aprofundasse também o processo de proletarianização das famílias locais e, conseqüentemente, se desestruturasse o tradicional modo de vida camponês. A “largueza” da ponte construída nessa época para substituir a estreita ponte pedonal que, desde a década de 1930, permitia o acesso dos fontarcadenses ao comboio para o Porto leva mesmo João Ferreira de Almeida a encerrar o seu livro, *Classes Sociais nos Campos*, com uma interrogação sobre se não estaríamos perante um símbolo da irreversibilidade das transformações sociais associadas ao inevitável avolumar dos fluxos diários de ida e volta para a via férrea e para o assalariamento na cidade.

E a verdade é que, nos trinta anos subsequentes, se reforçaram as principais mudanças económicas, sociais e culturais divisadas nos trabalhos originais sobre Fonte Arcada.

Uma das mudanças mais importantes deu-se ao nível das estruturas económico-produtivas locais, cuja reconfiguração foi acompanhando as principais alterações registadas na envolvente regional e no conjunto do país. Com efeito, assistiu-se ao declínio acentuado da actividade agrícola, quer em termos de superfície cultivada, quer, sobretudo, em volume de mão-de-obra empregue; verificou-se o progressivo desaparecimento dos saberes e actividades tradicionais de tipo oficinal; aprofundou-se o processo de



assalariamento urbano-industrial, com envolvimento de novas categorias sociais, designadamente mulheres, que assim viram profundamente alterados os seus quadros de vida; intensificou-se a mobilidade associada a percursos casa-trabalho, primeiro polarizada sobretudo pelo Grande Porto e territórios contíguos, mais recentemente, acompanhando a diminuição do dinamismo económico da região e a consolidação da importância empregadora de certos sectores, como a construção civil, com destinos crescentemente mutáveis e trajectos cada vez mais extensos.

Nos últimos trinta anos, Fonte Arcada viu também aumentarem significativamente as possibilidades de interacção com o território envolvente. Os principais pólos urbanos da região estão agora mais perto, não apenas porque a urbanização se aprofundou, mas sobretudo porque melhoraram muito as vias e meios de a eles aceder. Encontra-se concluída uma rede de caminhos de boa qualidade entre os vários lugares da freguesia e entre esta e a rede de estradas municipal e supramunicipal, a acessibilidade à auto-estrada faz-se em 5-7 minutos, a via férrea foi electrificada e a eficiência e comodidade do comboio melhoraram sensivelmente, criaram-se condições para o transbordo entre automóvel e comboio e aumentaram as possibilidades de intermodalidade (automóvel, comboio, metropolitano, autocarro), disponibilizaram-se transportes escolares ligando a freguesia à sede do concelho. Simultaneamente, generalizou-se a posse de automóvel: a grande maioria das famílias de Fonte Arcada possui pelo menos um veículo, sendo muito considerável o número de famílias com duas ou até mais viaturas.

A par destes dois conjuntos de transformações estruturais, e a eles directamente ligada, aprofundou-se a permeabilidade da população local a referências culturais e padrões de consumo comumente identificados com estilos de vida urbanos. Este “maior cosmopolitismo dos comportamentos” (Reis, 2001), visível, por exemplo, nas formas de apresentação pessoal dos adolescentes da colectividade, não é certamente alheio quer à influência tendencialmente uniformizante dos meios de comunicação social, cuja presença no quotidiano da população portuguesa aumentou consideravelmente, quer aos efeitos do alongamento dos percursos escolares dos membros das gerações mais jovens.

Perante tão vasto conjunto de mudanças verificadas nos últimos trinta anos, seria de esperar que muitos dos factores de dependência objectiva e subjectiva dos fontarcadenses face ao espaço local – o “peso do lugar” a que nos referimos no título – tivessem perdido relevância.

As evidências não confirmam, contudo, tal conjectura.

Como entender, por exemplo, o apego à colectividade e o desejo de permanência da larga maioria dos locais, que ali têm o *locus* dos seus projectos de vida (a família, a casa, o quintal, os vizinhos próximos, o grupo de amigos, o sossego...)? Como interpretar o desejo de regresso a casa, fim-de-semana após fim-de-semana, daqueles que trabalham a largas dezenas ou até centenas de quilómetros, mesmo dos mais jovens, os que ainda nem sequer constituíram família e que, por isso, não teriam muito a prendê-los a Fonte Arcada? Como explicar o facto de a bacia de recrutamento dos futuros cônjuges dos jovens naturais da pequena freguesia junto ao Rio Sousa ser relativamente pouco extensa? Como decifrar a contradição tantas vezes expressa pelos fontarcadenses, sobretudo pelos mais jovens, divididos entre o desencanto face à freguesia (“Aqui não há nada!”) e a afeição ao espaço local (“Não saía daqui!”)?

2.2. Declínio da agricultura e reestruturação da propriedade fundiária

Um primeiro ponto a explorar diz respeito ao lugar que a agricultura e a ligação à terra (man)têm no espaço de relações sociais da colectividade.

É frequente encontrar, hoje, nos discursos de auto-objectivação mais ou menos espontânea dos fontarcadenses, uma referência explícita à perda de importância (estatística, económica e social) da agricultura na vida da colectividade. Com efeito, expressões como “Aqui, já ninguém trabalha a terra” ou “A agricultura praticamente desapareceu” multiplicam-se quer na boca de alguns dos mais velhos, que assim



verbalizam, em tom de pessimismo mais ou menos resignado, o culminar de uma experiência de declínio social irreversível, quer no discurso dos mais jovens, num misto de distanciação objectivante e de ironia complacente para com parentes e vizinhos que se sabe transportarem ainda, no corpo, nas memórias e nos projectos, as marcas de uma dura ligação à terra e de uma relação com o futuro tanto mais receosa e prudente, quanto mais penalizadores tiverem sido os riscos e custos associados, noutra tempo, ao trabalho na exploração agrícola.

Mas, na argumentação dos habitantes da freguesia, também surge, a par deste diagnóstico apontando implicitamente para a morte ou drástico deperhecimento da agricultura como actividade económica influente e como força estruturadora central das relações sociais locais, a afirmação – aparentemente contraditória com as anteriores – de que, vistas bem as coisas, “Aqui, toda a gente está ligada ao campo”.

Esta avaliação paradoxal das dinâmicas da colectividade feita pelos seus protagonistas é tão mais digna de realce, quanto é sabido ter o movimento de desestruturação da agricultura local, testemunhado pelos investigadores que por aqui andaram no final dos anos setenta do passado século, mas que, de facto, já se vinha concretizando antes disso, conduzido a modos de existência bastante divorciados dos traços idealtípicos imputados à condição camponesa ou a uma ruralidade centrada na agricultura. Se um tal processo de desestruturação não evitou, aqui como noutros pontos do espaço social camponês, que se viesse a formar um fluxo regular de saídas definitivas da colectividade, foi, porém, como já repetidamente dissemos, através sobretudo de migrações pendulares polarizadas pela bacia de emprego industrial e terciário do Grande Porto, que os fontarcadenses foram acedendo à condição salarial e progressivamente se separaram, objectiva e subjectivamente, das contingências e restrições impostas pela lógica da economia familiar de subsistência.

O ritmo e a natureza de tal transição diferiram, aliás, significativamente, das ocorridas noutras regiões do país ou fora dele, acontecendo com frequência, nesses contextos, ter a transformação da agricultura camponesa sido efectuada de forma relativamente lenta, pelo facto de os padrões de reprodução social serem estruturados em torno de estratégias rigorosamente orientadas para a preservação intergeracional de unidades de produção agrícola bem dimensionadas: incentivo a escolhas matrimoniais favoráveis à preservação da propriedade indivisa da terra, celibato masculino, aumento da idade média ao casamento dos herdeiros⁴.

“Numa estrutura (...) em que o grupo familiar ocupa uma posição predominante nos mecanismos de reprodução social”, nota Patrick Champagne (2002: 129), “o problema essencial que se põe aos camponeses idosos é menos o de reter na exploração os filhos do que o de atrasar o mais possível o momento em que eles lhes sucederão”.

Com o alargamento do espaço vivencial dos habitantes, a multiplicação de contactos culturais com a cidade, o prolongamento da escolarização dos mais jovens, a pressão para o assalariamento, etc., muitos proprietários e dirigentes de explorações foram postos perante um problema novo: não já o de manipularem a idade de acesso do herdeiro ao controle da terra, mas o de garantirem junto do herdeiro potencial o próprio interesse na sucessão. Se, nalguns casos, o problema se resolveu, ainda que tardiamente, pela ruptura na cadeia de transmissão intergeracional da posse das explorações agrícolas (“herança recusada”), noutros, a solução encontrada passou já pela transmissão às gerações mais novas da gestão das explorações, embora com negociação da natureza das mudanças a introduzir, o que, apesar de tudo, se revelou compatível com a preservação da componente agrária das economias locais e a emergência de estilos de vida que, embora em ruptura com o etos camponês, revelavam alguma continuidade na ligação das colectividades à actividade agrícola e, portanto, ao território (cf. Champagne, 2002: Parte III).

Um estudo sobre práticas de transmissão sucessória das explorações agrícolas familiares realizado em Barcelos, no Noroeste Português, chega a idênticas conclusões (cf. Santos, 1997). De acordo com ele, se, até aos anos 1950, a sucessão agrícola era ali muito influenciada ainda pela ancestral prática do “morgadio”, que beneficiava um herdeiro preferencial, sendo os restantes herdeiros tendencialmente



excluídos pelos pais do acesso à propriedade, tem-se assistido, por força, desde logo, do progressivo declínio da atractividade da actividade agrícola, a uma diminuição acentuada da luta pela posse e, sobretudo, pelo uso da terra no interior das famílias.

Em resultado deste processo, as estratégias dos proprietários visam agora, já não excluir os herdeiros não-preferenciais do acesso ao fundiário familiar, mas assegurar a permanência de, pelo menos, um dos filhos na exploração, através da garantia de alguma vantagem patrimonial para o novo chefe ou da sua inclusão precoce, enquanto protagonista da necessária modernização, nos processos de tomada de decisão e na gestão corrente da unidade produtiva.

Na maioria dos casos, porém, é o abandono da actividade que prevalece⁵, ficando o interesse pelo fundiário familiar ligado essencialmente ao valor comercial da terra. As reivindicações dos herdeiros vão, pois, muitas vezes, no sentido de uma partilha precoce do património familiar, que lhes possibilitará a colocação no mercado dos bens imóveis da sua parte da herança.

Se quisermos situar a trajectória evolutiva de Fonte Arcada por referência aos padrões empíricos e aos modelos interpretativos sobre transformações da economia camponesa invocados anteriormente, a conclusão a retirar parece ser, então, a de que: (i) não teve aplicação generalizada em Fonte Arcada o processo de dilatação da reestruturação da economia camponesa baseada no controle pelas gerações mais velhas do processo de sucessão na propriedade da terra, desde logo pelo facto de aqui sempre ter sido o “arrendamento” (e não a “conta própria”) a forma de exploração agrícola maioritária; (ii) não se verificou em Fonte Arcada nenhum processo economicamente relevante e sustentado de modernização da agricultura, a partir do qual se gerassem, entre as novas gerações, factores favoráveis à continuação de uma ligação forte, através do trabalho, ao espaço físico local; não obstante tais omissões – e este ponto é crucial na economia geral deste texto –, (iii) não se desvaneceram, bem pelo contrário, os indícios de que continua a ser forte, através do complexo de referentes associados à casa, ao quintal e ao espaço físico da vizinhança de proximidade, a imposição do lugar nos horizontes objectivo e subjectivo da generalidade dos habitantes de Fonte Arcada, resultado indirecto, em muitos casos, como veremos, de novas modalidades de acesso à propriedade fundiária.

Quem percorrer, ainda hoje, os lugares da freguesia perceberá que o problema da disponibilidade de terreno para construção de habitação que emergiu na sequência do avanço do processo de assalariamento da população activa fontarcadense no espaço urbano-industrial do Grande Porto se foi resolvendo em parte, ao longo do tempo, por adjacência, isto é, através da sobreocupação do espaço doméstico já existente, muitas vezes com construção de anexos mais ou menos precários. Se era grande, nos anos setenta, a pressão que as recém-constituídas famílias de migrantes pendulares exerciam sobre este espaço de alojamento intersticial, o facto mais relevante, neste aspecto, decorria, sem dúvida, da intensa procura de terreno para construção de habitações novas, a que, no entanto, os proprietários fundiários da freguesia respondiam negativamente.

A ter existido, no passado, tal prática de refreamento da oferta de terreno – e se isso acontecesse, tal decorreria, fundamentalmente, de estratégias matrimoniais conducentes à preservação do estatuto social da burguesia agrária local –, ela foi entretanto claramente ultrapassada: de facto, não só é elevado, sobretudo em alguns lugares, o número de habitações unifamiliares edificadas de há trinta anos para cá, como são visíveis os indícios de que a referida construção, ainda em curso, foi e continua a ser precedida pelo loteamento de parcelas de terreno relativamente extensas. Na base desta transformação esteve um processo de desconcentração da propriedade fundiária em que se conjugou a segmentação, por partilha, de terras até então indivisas com estratégias de disponibilização de parcelas de terreno no mercado imobiliário – segundo padrões similares aos já assinalados para outro contexto socioterritorial do Noroeste (Santos, 1997).

Para caracterizar, na perspectiva que aqui nos interessa, o novo tipo de edificado resultante desta inflexão no regime de propriedade do fundiário local, o mais importante será, porém, sublinhar algumas das suas características sócio-morfológicas: tipologia unifamiliar, disponibilização de pátio e quintal, omnipresença de



garagem e anexos, forte densidade de equipamentos para cozinha e lazer, grande porosidade relativamente ao espaço de vizinhança e de circulação imediatos.

São pormenores morfológicos que, remetendo para traços importantes do modo de estruturação das relações sociais na colectividade – como o individualismo familista e o confinamento das redes de sociabilidade à vizinhança de proximidade –, nos põem na pista de outros processos de atracção pelo lugar que queremos analisar.

2.3. A casa e o individualismo familista

Na caracterização do espaço social camponês é inevitável, como vimos, a referência à centralidade da família enquanto unidade de produção, consumo e residência. Tal traço era patente, nos anos 1970, para o conjunto, ainda estatisticamente relevante, dos grupos domésticos camponeses inteiramente poupados à proletarianização dos seus membros. Mas mesmo nas famílias em que pelo menos um elemento já era assalariado em actividades não agrícolas, mantinha-se, sob forma renovada, aquela unidade, através da participação desses assalariados, a tempo parcial, nas tarefas da agricultura local. Contribuindo para equilibrar ou reforçar orçamentos familiares geralmente escassos, a semi-proletarianização do campesinato continuava a inserir-se em estratégias económicas estruturadas em torno das exigências específicas da produção agrícola de base familiar, prolongando-se, além disso, no plano simbólico-ideológico, através de formas de adesão, ainda que mitigada, ao etos e a certas formas de expressão cultural camponeses.

Se quisermos analisar agora, ainda que a traço largo, a natureza e funções do grupo doméstico na estruturação do actual estágio de relações sociais locais, um primeiro aspecto a reter prende-se com o facto de se terem alterado substancialmente, nas últimas décadas, as práticas de consumo das famílias de Fonte Arcada.

Manifestando-se através da panóplia, por vezes ostentatória, de equipamentos domésticos (ligados directa ou indirectamente à confecção, corrente ou festiva, de alimentos, por um lado, e a práticas receptivas de lazer, por outro), ou do elevado número médio de viaturas nos agregados mais jovens – para não reter senão dois tipos de bens semiduradouros –, uma tal inflexão consumista chega a ganhar contornos de quase “révanche” relativamente a um passado, para muitos nem sequer muito longínquo, de contenção, quase ascética, das despesas dos agregados.

Ora, se, em estádios sociais passados, o ajustamento às necessidades de consumo do grupo doméstico se concretizava sobretudo numa lógica de intensificação da produção e do uso da força de trabalho familiar, ainda que a tempo parcial, na exploração agrícola, já no novo quadro de vida são outras, necessariamente, as estratégias e modalidades práticas de ajustamento dos orçamentos familiares locais às necessidades do agregado.

Para entender tal mudança, há que ter em conta, antes de mais, que a libertação de grande parte das famílias relativamente às carências de recursos e às incertezas estruturais da pequena agricultura camponesa, por via do assalariamento de pelo menos um dos seus membros em processos de trabalho fora da agricultura, conduziu, desde os anos 1970, a um aumento significativo das *propensões média e marginal ao consumo* das famílias. Por outro lado, vem-se intensificando a difusão de *padrões de consumo* muito marcados, ainda que por vias indirectas, pelos estilos de vida urbanos.

Nessas condições, e porque, paralelamente, continuará a não ser muito elevado o nível médio de rendimento disponível das famílias, dado o tipo de ocupações predominante, a pressão sobre os orçamentos familiares não poderá resolver-se em muitos casos senão através de estratégias económicas muito diversificadas e que, no seu conjunto, tendem a reforçar uma ligação ao lugar que não deixa de ser genericamente homóloga da que caracterizava o mundo camponês.



Uma dessas estratégias consiste na extensão da proletarização à generalidade dos elementos do agregado, não só adultos (homens e mulheres), mas também jovens, assim retirados à escolarização de nível secundário e superior. Trata-se de garantir a satisfação dos novos perfis de necessidades da família, modulando a amplitude e intensidade do assalariamento dos seus elementos, ainda que o acesso ao emprego se faça em condições de grande precariedade, nos sectores menos exigentes em termos de qualificação de mão-de-obra e, sobretudo, na construção civil, com recurso a migrações pendulares de raio muito alargado e frequência muitas vezes semanal ou quinzenal, eventualmente num quadro de grande informalidade (*part-time* e biscate “em cima” do horário normal; agricultura complementar; etc.).

Uma segunda estratégia, também ela homóloga de outras que foram dominantes quando a economia camponesa tinha expressão na freguesia, aponta para a mobilização de ajudas familiares, conduzindo a práticas que vão desde a guarda dos netos (tornada mais necessária num quadro de assalariamento dos dois membros dos casais mais jovens), até uma participação de parentes na concretização de projectos de descoabituação e de construção de casa própria por parte de famílias recém-constituídas. Estudado por Pedro Hespanha e Ana Isabel Alves (1995) em meados da década de noventa, o fenómeno de autoconstrução de casa própria em meio rural tem, ainda hoje, em Fonte Arcada, manifestações muito evidentes. Os parentes são de facto chamados com frequência a colaborar nesse empreendimento, quer através da disponibilização de parcelas de terreno, quer dando horas de trabalho durante os seus tempos de lazer, quer concedendo pequenos empréstimos ou mesmo dádivas em dinheiro para acudir a despesas prementes, quer ainda acolhendo os filhos enquanto a habitação é construída.

O recurso crescente a empréstimos bancários para aquisição de habitação dá a entender, aliás, que o processo de autoconstrução está a perder importância no conjunto das modalidades existentes de provisão de alojamento. Mas, juntamente com o recurso ao crédito bancário para aquisição de automóvel, ele acaba por ser revelador de um outro processo social não menos influente na reprodução do “peso do lugar” na freguesia. De facto, impondo essa entrada nas lógicas do mercado financeiro, através do endividamento, restrições adicionais aos orçamentos familiares e uma intensificação das modalidades de inserção frágil no mercado de trabalho, com acrescida limitação de horizontes ao nível das práticas culturais e de lazer, cresce a propensão para estas últimas se acantonarem no reduto da casa e da domesticidade.

2.4. Relação com a escola

A extensão da escolarização é considerada, na literatura sobre colectividades rurais, como um dos mais notáveis factores da sua extroversão e mudança estrutural. Ao retirar relativamente cedo as crianças à influência da família, pondo-as em contacto com outros grupos sociais, não sem simultaneamente lhes permitir o acesso a saberes “universais” e a competências reconhecidas no mercado de trabalho aberto – uma forma de capital eminentemente liberta das amarras do lugar –, a escola básica e secundária constituiu, na verdade, em muitos contextos, um acelerador notável da emancipação das populações dos campos relativamente aos limites físicos, relacionais e simbólico–culturais das colectividades, bem como um dos fundamentos mais importantes quer da recomposição das suas estruturas sociais, quer dos processos de mobilidade intergeracional ascendente dos seus membros.

Com a generalização da instrução básica a quatro, seis e nove anos, e dado que até hoje não se ministra em Fonte Arcada mais do que o 1º Ciclo do Ensino Básico, muitos foram aqueles que, nas últimas décadas, tiveram de prosseguir os estudos na vizinha freguesia de Paço de Sousa. Mas a abertura de perspectivas associadas à escolarização não chegou a ter, para um número significativo de fontarcadenses, o grau de concretização que de facto resultaria da frequência do ensino secundário e superior, a qual está já hoje ao alcance, noutros espaços sociais, de muitos portugueses dos mesmos escalões etários. Reduziram-se drasticamente os traços de privação cultural extrema aqui ainda bem patentes em finais dos anos 1970 –



mantêm-se, contudo, na freguesia, acentuados défices de escolarização nos níveis de ensino pós-obrigatórios⁶.

Vimos que, na base desta rejeição objectiva da escolarização, estão, por um lado, a necessidade, consagrada como virtude (“mais vale agarrar já um emprego do que andar a perder tempo na escola”), de alargar a participação dos membros do agregado doméstico na formação do respectivo orçamento e, por outro, a facilidade objectiva de acesso a um posto de trabalho nos segmentos menos qualificados e mais precários das bacias de emprego envolventes. Esta aproximação precoce ao mundo de trabalho é mediada frequentemente por migrações pendulares de raio alargado, que, no caso da construção civil, envolvem já deslocações semanais para território espanhol.

Será difícil conceber mecanismo de reprodução social mais efectivo do que este: prematuramente afastados da escola com o objectivo de aceder, sem as pausas impostas pela procura do primeiro emprego, ao mercado de trabalho, muitos destes jovens acabam por perder a possibilidade de construir carreiras profissionais minimamente estruturadas, ao mesmo tempo que alienam objectivamente a possibilidade de reiniciar uma carreira escolar na lógica de uma segunda oportunidade. Ligados a redes de recrutamento de mão-de-obra de base regional pouco exigentes em termos de capital escolar, é o investimento em capital social de baixa intensidade a estratégia de promoção que, à entrada do actual “século do conhecimento”, fica ao seu alcance – e com isso vão engrossando as fileiras de um exército de assalariados eminentemente móveis, embora irreversivelmente “presos ao lugar”.

2.5. Interconhecimento, sociabilidades e recomposição do espaço de vizinhança

Sem deixar de reconhecer a importância que o interconhecimento continuava a ter na configuração dos processos sociais locais, o olhar que, há trinta anos, se lançava sobre sociabilidades e relações de vizinhança em Fonte Arcada dava a entender que certos dos seus fundamentos se encontravam em crise ou pelo menos em fase de acentuada reestruturação.

Assim, sublinhava-se a tendência para alguma segmentação do espaço de convivialidade local, ela própria causa e consequência do processo de reconversão e diferenciação de habitus que a progressiva extroversão da colectividade, a consolidação de movimentos pendulares de mão-de-obra e a semi-proletarização de algumas famílias camponesas aqui iam impondo. A um modelo de relações entre habitus tendencialmente integrado e a formas espontâneas de interconhecimento accionadas sem falhas, sucediam-se – sobre um pano de fundo onde a entajada benévola envolvendo as famílias camponesas cedia perante uma calculada troca de serviços – desajustamentos e equívocos prático-simbólicos, quando não ostensivas fragmentações dos espaços de lazer ou mesmo dos modos de abordar e apropriar os momentos de intensificação ritual da colectividade. De facto, nem as próprias festividades locais resistiam aos sinais de desintegração – a consagração simbólica do grupo de vizinhos parecia dar lugar a distintos e, em certa medida, conflituais modos de festejar.

Pressupondo-se que as metamorfoses simbólico-ideológicas observadas radicavam, em última análise, no processo, aparentemente irreversível, de recomposição da estrutura de classes então em curso, dava-se a entender, além disso, que a tendência para o acentuar de divergências ou mesmo fracturas simbólico-ideológicas na vida da colectividade haveria de se confirmar no futuro.

Admitia-se ainda – e este é um ponto especialmente relevante para a discussão que aqui mais nos importa – que essa alteração da correlação de forças simbólicas induzida pela intensificação do assalariamento na bacia de emprego polarizada pelo centro urbano do Porto viesse a ser claramente hegemónizada por disposições e formas culturais de matriz urbana, onde o apego “camponês” ao lugar cedesse sem reservas ao desenraizamento do mutante, o interconhecimento aldeão à atomização cidadina, a inércia de rotinas espacialmente circunscritas à pulsão cosmopolita de fruição da diversidade.



Ora, são muitos os indícios de que não foram estas as tendências efectivamente desenhadas na colectividade, apeteendo dizer que a lógica da luta simbólica entre classes, que parecia marcar a transição dos anos setenta, acabou por ser sobredeterminada, e depois dominada, pela lógica do individualismo familista.

O fechamento no reduto doméstico, que inclui a adesão a padrões de consumo massificado e a práticas culturais de tipo receptivo, se, por um lado, levou à aproximação entre disposições e referências culturais e evitou confrontações na esfera da circulação de sentido própria dos espaços público e semi-público, reforçou, por outro, o peso simbólico dos referenciais ligados à casa, ao terreno, ao território restrito das sociabilidades de proximidade. Tudo se passa como se a intensificação da ligação da população local à condição salarial e ao modelo dominante de relações sociais urbanas conduzisse – em pura simetria com processos de “descamponização dos camponeses” registados noutros contextos rurais – a uma *recamponização* de assalariados urbanitas. A casa-terreno-quintal, hoje como outrora, embora segundo formas descoincidentes, é afinal um dos mais influentes operadores prático-ideológicos desta ligação ao lugar (*incorporação* do lugar). Numa fase em que o acesso generalizado a viatura própria é um facto e estão facilitadas as deslocações no interior da freguesia graças a uma rede viária relativamente densa, nada indica que se tenham intensificado redes de intercâmbio de vizinhança como as que outrora aumentavam a densidade moral da colectividade. Automóveis, caminhos e estradas são sobretudo facilitadores da ligação da casa a um exterior relativamente distante – num intercâmbio que reforça o isolamento quase autárquico dessa mesma casa, só contrariado por ténues redes de vizinhança na sua periferia imediata. E as próprias crianças, que agora dispõem diariamente de uma carrinha que os transporta de casa à escola e ao ATL e vice-versa começam a desaprender a geografia pedestre da freguesia – o seu mundo é cada vez mais a casa e cada vez menos o território da colectividade.

3. Conclusão: o peso do lugar na reprodução da subalternidade social

O estudo sobre as representações colectivas do espaço, incluindo as que, numa colectividade territorial precisa, enformam a imagem que os actores constróem quer sobre si próprios e o grupo a que pertencem, quer sobre os outros significativos com que se relacionam, constitui capítulo bastante explorado pela sociologia e outras ciências sociais. Nessas análises sobre a produção de identidades locais, a atenção tende a concentrar-se, como é normal, na dimensão simbólico-ideológica – também se diz subjectiva – da ligação dos agentes sociais ao “seu” território, não surpreendendo que, nos casos em que os actores se definem essencialmente pela sua mobilidade, elas procurem integrar os elementos e processos identitários algo paradoxais que decorrem precisamente da condição mutante. Nesta perspectiva, acentua-se ora o hibridismo das referências identitárias, ora a sua conjugação quase “esquizofrénica”, ora a reconstrução permanente de “identidades múltiplas”.

Não negaremos que, ao abordar o “peso do lugar” nas dinâmicas sociais de Fonte Arcada, quisemos ter em conta a componente simbólico-ideológica dos processos de identificação, para mostrar precisamente até que ponto, numa colectividade profundamente marcada por fenómenos de mobilidade geográfica pendular que complexificam a estrutura dos espaços de pertença e a relação destes com os espaços de referência, o lugar mantém a sua centralidade enquanto gerador de identidade.

A verdade é que o percurso analítico realizado, ao procurar situar os sentimentos de pertença dominantes na colectividade por referência ao sistema de relações sociais que aí condicionam as práticas, acabou por nos remeter para a especificidade das estruturas de oportunidades – morfológicas, económicas, educacionais – com que se têm confrontado sucessivas gerações de fontarcadenses, bem como, através delas, para sistemas de disposições – mais corpo do que espírito – que moldam a relação prática dos actores com o(s) seu(s) mundo(s).



Nesta perspectiva, aderir ou ceder ao “peso do lugar” pouco terá a ver, como acontece noutros processos de construção identitária, com racionalizações ideológico-discursivas de alegadas qualidades essenciais da colectividade (“Nós”) ou com elaboradas estratégias de legitimação das diferenças face ao exterior (os “Outros”). Aderir ou ceder ao lugar será, antes e acima de tudo, o efeito de uma necessidade inscrita num sistema de constrangimentos e possibilidades que, pela sua persistente incidência, inviabiliza a eufemização identitária, isto é, a própria produção simbólica da virtude (neste sentido, a “necessidade” não chega propriamente a fazer-se “virtude”, a não ser sob formas tão marcadas pela força das coisas que acabam por, autodestrutivamente, negar a sua virtuosidade).

Diremos, para concluir sinteticamente, que as componentes da estrutura de oportunidades com que actualmente se confrontam os fontarcadenses podem ser organizadas em torno de um processo com duas dimensões fundamentais.

Por um lado, a da emergência do individualismo, havendo que destacar, a tal respeito, que ela será, antes de mais, o produto específico do que autores consagrados designam por “urbanização da consciência” (Harvey, 1989). Exprimindo-se por uma perda do sentido de honra e solidariedade comunitárias, pela despersonalização das relações interindividuais, pela emergência de estratégias de distinção baseadas no consumo, pela adesão a uma moral utilitarista – não surpreenderá que Pierre Bourdieu (2007) tenha descrito este processo como manifestação de “pretensão”, aliás, “pré-tensão”, se aceitarmos que corresponde à aspiração a uma promoção social que, de facto, não tem ainda manifestações claras de concretização.

Com efeito – e esta é a segunda dimensão a sublinhar –, o que aqui patentemente se verifica é que, ainda que em estádios diversos e temporalmente afastados do sistema de relações sociais, a subalternidade do estatuto social e profissional (conjugação de desvantagens ao nível do capital cultural, inserção no mercado de trabalho em segmentos precários e desqualificados, orçamentos familiares modestos, mobilidade espacial estritamente constrangida pelo trabalho) continua a impor-se à maioria dos habitantes da colectividade. O individualismo familista, enquanto vivência obsessiva da casa e na casa, acabará, então, por actuar também como motor ideológico (sub-ideológico) da subalternização social objectiva.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos. Camponeses parciais numa região do noroeste*, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

BOURDIEU, Pierre (2002), *Le bal des célibataires*, Paris, Éditions du Seuil.

BOURDIEU, Pierre (2007), “Como chega a cultura aos camponeses. Entrevista a Pierre Bourdieu”, *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto, n.º 24, pp. 59-68.

CHAMPAGNE, Patrick (2002), *L’Héritage Refusé. La crise de la reproduction sociale de la paysannerie française 1950-2000*, Paris, Les Éditions du Seuil.

CHAMPAGNE, Patrick (2007), “Reprodução e transformação do espaço social camponês” (entrevista a José Madureira Pinto e Virgílio Borges Pereira), *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto, n.º 24, pp. 97-112.

HARVEY, David (1989), “The urbanization of consciousness”, in *The Urban Experience*, Oxford, Blackwell Publishers.



HESPANHA, Pedro e ALVES, Ana Isabel (1995), "A habitação em meio rural: um domínio da sociedade-providência", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.º 42, pp. 125-153.

PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-ideológicas nos Campos. Elementos de teoria e de pesquisa empírica*, Porto, Edições Afrontamento.

PINTO, José Madureira e PEREIRA, Virgílio Borges (2007), "Classes, relações de *habitus* e efeitos de lugar. Um estudo sobre sociabilidades, estilos de vida e anomia no centro do Porto", *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto, n.º 24, pp. 113-148.

REIS, José (2001), "Observar a mudança: o papel dos Estudos Rurais", *Conferência proferida no Plenário Inicial do 1º Congresso de Estudos Rurais*, Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

SANTOS, Rui Oliveira (1997), "A sucessão agrícola. Um estudo de caso no Entre Douro e Minho", *Documento de Trabalho n.º 7*, Lisboa, Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia.

¹ Apresentam-se neste texto alguns elementos de análise suscitados por uma investigação em curso numa freguesia do concelho de Penafiel (Fonte Arcada) que, tendo sido estudada há cerca de trinta anos, é actualmente objecto de revisitação sociológica, no âmbito do Projecto POCI/SOC/58668/2004 *Transformações sociais numa colectividade local do Noroeste Português*, co-financiado pela FCT/MCTES e pelo FEDER, através do Programa Operacional Ciência e Inovação 2010. Da equipa de investigação agora envolvida fazem parte, para além dos autores do artigo, Virgílio Borges Pereira, Ester Gomes da Silva, João Ferreira de Almeida, José Luís Casanova, Miguel Nogueira e Serge Abramovici. Os principais resultados da pesquisa realizada na transição da década de setenta para a de oitenta foram publicados em Pinto (1985) e Almeida (1986).

² Para dar conta da matriz de relações entre habitus, foi ensaiada, na altura, por José Madureira Pinto, a utilização do conceito de interhabitus, considerando-se, a propósito da matriz ideal-típica de colectividades camponesas tradicionais, que se tratava de um caso de interhabitus integrado. A noção foi posteriormente abandonada, face à constatação dos riscos de reificação e de personificação de colectivos que a sua utilização pode induzir. A este propósito, ver Pinto e Pereira (2007).

³ Sobre a noção de “família invisível”, cf. Champagne (2002: 307; 2007: 105).

⁴ Cf., a este propósito, e para o caso de colectividades camponesas do Sul de França, Bourdieu (2002).

⁵ Entre 1979 e 1999, o número de explorações agrícolas no Entre Douro e Minho diminuiu, segundo o Instituto Nacional de Estatística, cerca de 55% (de 151.720 para 67.546). Em Penafiel, concelho onde se situa Fonte Arcada, essa diminuição foi ainda mais acentuada, rondando os 70% (de 6.258 explorações, em 1979, para 1.906 explorações, em 1999). No mesmo período, o peso dos membros de famílias agrícolas no conjunto da população residente passou de 25,8% e de 49,1% para 7,7% e 10,1%, respectivamente no Entre Douro e Minho e em Penafiel.

⁶ De acordo com a informação obtida através do inquérito realizado à população de Fonte Arcada, a taxa de privação cultural extrema (que avalia o peso no total da população dos indivíduos que não sabem ler nem escrever e dos indivíduos que, sabendo ler e escrever, nunca frequentaram a escola) situava-se, em 2007, nos 6,3%. Em 2001, esse valor ascendia, no conjunto do país, a 8,9%, ficando-se pelos 5,3% no Grande Porto. Indicadores mais dinâmicos revelam, contudo, as debilidades do processo de escolarização da população local. Assim, a taxa de participação da população local com idade compreendida entre os 25 e os 29 anos em estudos de nível superior, com ou sem conclusão de grau, ficava muito aquém dos valores registados noutros contextos socioterritoriais: aos 17,4% de Fonte Arcada (dados de 2007) contrapunham-se, respectivamente, os 27,3% e os 31,5% do país e do Grande Porto (dados de 2001).